

Emergência: solução evita conflito

MILANO LOPES

A solução dada à origem dos recursos do programa de emergência — haverá apenas a mobilização do dinheiro já alocado no orçamento dos Ministérios para atender aos diversos projetos de interesse social, não se buscando recursos novos — estabeleceu, pelo menos aparentemente, uma trégua entre os ministérios do Planejamento e da Fazenda, que, no nível do segundo escalão, trocaram chumbo grosso, expondo a primeira divergência no seio da administração econômica da Nova República.

Do lado do Planejamento, manteve-se a disposição de tocar o programa, de resto para atender a uma clara determinação do presidente em exercício, José Sarney, e do lado da Fazenda, Dornelles reafirmou sua posição de guardião do caixa do Tesouro, desestimulando a idéia de mobilizar recursos novos, inclusive de origem externa, para financiar a criação de empregos na periferia das grandes cidades, ou amplos programas de alimentação, capaz de alcançar milhões de pessoas.

No decorrer da semana, os ministros Sayad e Dornelles conversaram diversas vezes, a maioria por telefone, para acertar os ponteiros, e uma decisão tomada por ambos foi a de silenciar o inquérito segundo escalão de cada um, apontado como fonte de exteriorização das divergências.

DISPUTA DE PODER

Os dois ministros, e em especial o do Planejamento, negam terminantemente que haja o propósito deliberado de discordar um do outro e assinalam que a unidade ministerial é questão de sobrevivência do governo, como bem salientou o presidente Tancredo Neves no discurso ao Ministério. Sayad, por sua vez, faz questão de assinalar que, em matéria de combate à inflação, ele fecha sem pestanejar com seu colega da Fazenda.

De fato, no almoço que ofereceu, na última quinta-feira, à liderança parlamentar da Aliança Liberal — os líderes no Senado e na Câmara, do PMDB, da

Frente Liberal e do governo — o ministro João Sayad, ao ser questionado por um dos presentes, sobre o que considerava o problema mais grave do País no momento, respondeu tratar-se da inflação, cuja reversão é tarefa essencial ao governo. Segundo os assessores do ministro, quem age assim jamais estimularia qualquer iniciativa tendente a gerar mais inflação, como o financiamento de um programa de emprego com recursos oriundos da emissão de moeda ou de lançamento de títulos públicos no mercado.

Mas, apesar desse esforço para demonstrar que tudo anda bem entre os dois principais ministros da área econômica, os fatos registram a ocorrência de discordâncias entre as duas equipes, as quais são tornadas públicas nas conversas que os técnicos do segundo escalão dos dois ministérios mantêm com os jornalistas. Essa divergência, aliás, não envolve apenas a questão do programa de emergência, embora ela tenha causado maior repercussão, pelo fato de o presidente eleito ter-se posicionado em favor da Seplan, ao autorizar fosse o projeto implementado, apesar das críticas em público a ele feitas pelo ministro Francisco Dornelles.

Sabe-se que não souo bem, na Fazenda, as críticas do ministro João Sayad às elevadas taxas de juros praticadas no mercado, cuja expansão, aos níveis intolleráveis de até 35% mais correção monetária, foi estimulada pela política monetária desenvolvida pelo Banco Central. Sayad recebeu questões de empresários, que alegaram temer paralisado suas decisões de investir por causa do alto custo do dinheiro e as transmitiu ao presidente em exercício, José Sarney.

A "operação-salvamento" do Sul-brasileiro, à custa de recursos fiscais, montada pelo Ministério da Fazenda e submetida ao crivo do Congresso, também mereceu a desaprovação da Seplan, que chegou a produzir um documento desaconselhando a medida e alinhando uma série de razões e adversidades. Entre estas, a de que se abre

um perigoso precedente para o julgamento de casos idênticos que surjam daqui por diante, dando-se, ao mesmo tempo, uma péssima demonstração de como a nova República gasta os escassos recursos públicos.

SUPORTE POLÍTICO

Embora o próprio Sayad e seus assessores diretos se neguem a comentar o assunto, sabe-se que o ministro do Planejamento decidiu, há algum tempo, ativar o suporte político oriundo da liderança do PMDB, sobre tudo do partido em São Paulo. Após obter o "sinal verde" do presidente em exercício José Sarney, para tocar o programa de emergência, Sayad tratou de "rendê-lo" às principais lideranças políticas, inclusive às da Frente Liberal, com o propósito de neutralizar uma eventual resistência estimulada pela Fazenda.

Interpretando um sentimento dominante na liderança do principal partido de oposição, Sayad sustenta que a Nova República não pode ficar paralisada, sem tomar nenhuma iniciativa na área social. Ele considera que poderão ocorrer investimentos nesse setor, ou com recursos novos ou simplesmente se obtendo maior produtividade dos já existentes, sem que, com isso, a inflação seja pressionada para cima. E esse posicionamento ele pretende levar às últimas consequências, mesmo tendo de enfrentar as resistências ou incompREENsões do ministro guardião do caixa.

Embora essa seja uma questão sensível, sobre a qual ninguém na Seplan nem sequer ousa comentar, parece evidente a expectativa de que a eventual retirada definitiva de cena do presidente Tancredo Neves provocará, inevitavelmente, a formação de uma nova correlação de forças no ministério econômico, que poderá conduzir a uma redução dos poderes do ministro da Fazenda e de um espaço mais amplo para a articulação dos ministros do PMDB, que sustentam compromissos programáticos com o partido, um dos quais é o desenvolvimento de uma política social. (Brasília, Agência Estado)